

A força comunitária indígena: reflexões com os Xakriabá no Brasil em tempos de Covid-19

Rebeca Cássia Andrade

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Ana Maria R. Gomes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Marden Barbosa de Campos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ABSTRACT

The article presents the first year of the pandemic in the Brazilian scenario in dialogue and action with indigenous peoples. The constant deconstruction of public policies and repeated aggressions against minorities in the country are aggravated by the displacements caused by Covid19. In view of this difficult context, we present a reflection on our experience with the Xakriabá indigenous people. We aim to contribute to the understanding of the processes to which we are all submitted in order to seek alliances capable of offering us alternatives and directions to face such a situation.

Keywords: Pandemic; Community Monitoring; Health; Indigenous Peoples; Xakriabá.

O artigo apresenta um quadro sobre o primeiro ano de pandemia no cenário brasileiro em interlocução e atuação junto aos povos indígenas. A constante desconstrução de políticas públicas e as reiteradas agressões às minorias no país são agravadas pelos deslocamentos provocados pela disseminação da Covid19. Diante deste difícil contexto, apresentamos uma reflexão sobre nossa experiência com o povo indígena Xakriabá. Procuramos contribuir para a compreensão dos processos aos quais estamos todos submetidos para buscar alianças capazes de oferecer alternativas e direções de ação frente a tal quadro.

Palabras claves: Pandemia; Monitoramento Comunitário; Saúde; Povos Indígenas; Xakriabá.

Introdução

Este texto representa um esforço de reflexão sobre um período singular – os meses iniciais da pandemia de Covid19 – a partir de demarcações que merecem ser explicitadas uma vez que foram assumidas para estruturar a redação. Em primeiro lugar, assumir a reflexão a partir de um contexto preciso de interlocução: nesse caso, o contexto de atuação junto aos povos indígenas na realização de pesquisas e atividades de ensino e da chamada extensão (ações da universidade junto a setores da sociedade). A escolha desse cenário de interlocução não é casual e nem se deve “somente” ao fato de se tratar de nosso contexto de atividades, profissionais ou não, nos últimos 20 anos. Este cenário foi priorizado devido ao fato dos povos indígenas serem ostensiva e abertamente hostilizados e ameaçados durante a última campanha eleitoral para a presidência da república, em 2018. O clima revelado na campanha se transformou imediatamente em ações concretas no dia seguinte à posse do presidente eleito, quando foi baixada medida normativa que intencionava desmembrar os setores da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) – que é instância do Ministério da Justiça – em diferentes ministérios, de forma a enfraquecer e destituir o órgão de sua capacidade de ação em defesa dos povos originários e de seus direitos e reivindicações. Tal medida era inconstitucional e foi barrada por ações no âmbito judicial que fizeram retroagir as ações do executivo. Apesar de sua inconstitucionalidade e da reação jurídica precisa e oportuna, a medida foi reapresentada pelo executivo e novamente rechaçada.

Essa cena inaugural revela o tipo de disputa agressiva, violenta e reiteradamente apresentada em diferentes instâncias do governo que os povos indígenas no Brasil vêm sofrendo desde o início de 2019. Pode também servir como índice que evoca os demais processos violentos que foram desencadeados na sociedade, em especial nos contextos onde ocorriam disputas fundiárias e de regularização das Terras Indígenas, assim como disputas pelo acesso a recursos de toda ordem a serem nelas explorados. Dessa forma, a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) desde então vem desenvolvendo inúmeras atividades para defesa e denúncia desse quadro reiterado e continuado de violências, ao mesmo tempo em que advertia a sociedade brasileira: logo de início a violência aberta era dirigida aos povos indígenas, mas não tardaria a chegar para os demais setores da sociedade.

Para as universidades, esse clima de ataques pode ser comparado às investidas contra a autoridade da ciência e a consequente descaracterização das atividades de pesquisa e formação de pesquisadores, que também se revelou logo no início da nova gestão. Porém, nesse caso, as ações institucionais foram

menos evidentes e ostensivas, revestindo-se muito mais de uma agressiva desmontagem de programas e linhas de investimento estabelecidas institucionalmente, de forma a desativar as atividades das universidades através do redirecionamento brutal dos recursos até então investidos. Aparentemente, os programas e ações institucionais estavam sendo mantidos, quando na verdade foram sendo drasticamente reduzidos por vezes até a menos de 10% dos recursos originais, em modo particular nos programas específicos das ciências sociais e humanas.

O ano de 2020 se iniciou nesse clima de acirrada desconstrução de políticas públicas, por um lado, e de reiteradas agressões aos povos indígenas, por outro lado, quando fomos colhidos pela surpresa e pelos profundos deslocamentos provocados pela pandemia de Covid 19. É, portanto, nesse cenário mais amplo que nos propusemos a fazer um mergulho em nossa experiência com o povo indígena Xakriabá, como percurso que poderia revelar, numa lógica fractal, muito do que vinha ocorrendo no nível mais amplo da sociedade brasileira. Não só como forma de contribuir para uma melhor compreensão dos processos violentos a que estamos todos submetidos, mas, principalmente, para buscar indicações valiosas no terreno das concretas ações de aliança entre diferentes setores sociais sobre como agir e reagir diante de tal quadro.

Covid-19: um pretexto para os avanços da antipolítica indigenista no Brasil

Os povos indígenas do Brasil vêm enfrentando, atualmente, um acirramento de ameaças historicamente impetradas por segmentos da sociedade em disputa por recursos naturais, terras e outros fatores que ameaçam seus modos de vida e sua reprodução sociocultural. A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais essa situação, expondo diversas facetas da vulnerabilidade social dessa população.

Os indígenas são particularmente vulneráveis aos efeitos da Covid-19 por uma série de fatores. Primeiramente, há registros sobre sua maior susceptibilidade a problemas respiratórios (La Ruche et al., 2009; Flint et al., 2010). Além disso, é altamente relevante considerar que muitos indígenas apresentam elevada fragilidade social e sanitária que os tornam alvo de uma série de complicações de saúde.

Para além das ameaças epidemiológicas, outro aspecto que coloca os indígenas em desvantagem em relação a outros grupos populacionais reside na falta de dados e informações condizentes com suas necessidades. Com a eclosão da pandemia, os indígenas viram-se em um complicado embate estatístico com as autoridades brasileiras. Os dados sobre o número de contaminados e de óbitos

entre os indígenas divulgados pela Secretaria de Saúde e Assistência Indígena (SESAI), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, são acusados pelos indígenas de pouca transparência e baixa utilidade para protegê-los das ameaças da doença. Por isso, diversas comunidades indígenas têm organizado estratégias coletivas de produção de dados sobre a incidência da Covid-19 entre suas etnias.

Até o dia 08 de janeiro de 2021, de acordo com dados divulgados no portal da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), foram confirmados 44.525 casos de Covid-19 em indígenas, 913 mortes e 161 povos afetados pela doença no Brasil (APIB, 2021). Para o mesmo dia, os dados publicados pelo portal oficial da SESAI, registraram 38.783 casos confirmados e 518 óbitos entre indígenas no Brasil (SESAI, 2021). Salta aos olhos a diferença numérica entre os dados publicados nessas diferentes fontes. Vale citar que o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, contabilizou 817.963 pessoas que se autodeclararam indígenas no país (IBGE, 2021).

A busca por dados fidedignos a realidade do número de casos relacionados à Covid-19 entre indígenas brasileiros não é uma tarefa fácil. A insegurança sobre os dados veiculados é denunciada pelos organizadores da APIB que descrevem no portal: “A falta de transparência dos dados da SESAI impede a identificação de muitas cidades onde os óbitos aconteceram” (APIB, 2021, p. 1). O ISA (Instituto Socioambiental¹) também questiona a metodologia de coleta de informações pela SESAI que não leva em conta, por exemplo, os indígenas que residem nas cidades ou em áreas ainda não homologadas (ISA, 2020). Além disso, os organizadores da plataforma do ISA, assim como da APIB, consideram que a agregação dos dados impede a transparência que possibilitaria um rastreamento paralelo para conferência das informações veiculadas (APIB, 2021; ISA, 2020).

A SESAI, órgão do governo federal responsável pelo tema, tem sido alvo de sucessivos desmontes e precarizações. O cuidado com a saúde indígena no Brasil sempre foi uma atribuição do governo federal. Desde a sua criação em 2008, quando a competência foi retirada da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), a SESAI sofre críticas das organizações indigenistas e de muitos indígenas. De acordo com o relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), as “desassistências” na área da saúde indígena se agravaram pela “crise financeira desde o início do governo Bolsonaro, sem dinheiro para custear

¹ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma “organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos”. Informações disponíveis em <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em 19 out. 2020.

a alimentação e o pagamento de salários de funcionários” (Rangel, 2020, p. 170). Ainda de acordo com o relatório do CIMI:

Os indígenas são as principais vítimas de diversas consequências da omissão no atendimento a saúde: desnutrição de crianças; desvio de dinheiro público; falta de medicamentos; ausência de veículos para transporte de pacientes; sucateamento da frota já existente; fornecimento de alimentos estragados; fila de espera de mais de um ano para a realização de exames. Toda essa situação é ainda agravada pela falta de acesso a água potável. Segundo Lindomar Terena, o foco na atenção básica, oferecida pelos DSEI², não é mais suficiente para atender as demandas da saúde indígena. Há tempos, apenas esse atendimento primário dava conta. No entanto, nas nossas comunidades indígenas, tem gente vindo a óbito por doenças que a comunidade nunca viu antes e que exigem atendimentos de média e alta complexidade (Rangel, 2020, p. 171).

A precariedade das condições de trabalho para a assistência à saúde indígena no Brasil é sentida “na pele” por diferentes povos e pode ser observada pelo relato do indígena C. Kulina do povo Kulina (Madija) do Acre pelo relatório de 2019 do CIMI:

A falta de estrutura da SESAI causa uma completa desassistência aos povos indígenas. Faltam médicos, medicamentos e equipamentos e transporte para o deslocamento das equipes e dos pacientes em situações emergenciais a sede do município. Devido à falta de assistência nas aldeias, como também a falta de transporte, muitos indígenas vão a óbito sem que se saiba o diagnóstico da causa da morte (Rangel, 2020, p. 172).

O seguinte relato, feito pelos indígenas Guarani-Kaiowá do Mato Grosso, escancara o descaso de uma política de morte registrada no mesmo relatório de 2019 do CIMI:

Após a ingestão de agrotóxicos pulverizados na Fazenda Remanso II, localizada a apenas 50 metros da escola indígena, os alunos que ingeriam a primeira refeição na escola, pela manhã, e toda a comunidade, em especial crianças e idosos, apresentaram sintomas de intoxicação por pesticidas, como irritação da pele, enjoo, diarreia e dores de cabeça. Em poucos minutos, toda a aldeia ficou coberta por uma “nuvem” branca, que permaneceu entre os dias 6 e 11 de maio. Cercados por plantações de cana, soja e milho, os indígenas ficam expostos a aplicação de pesticidas frequentemente pulverizados por aviões e tratores. Sem acesso a médicos e remédios, a indígena Elaine Guarani Kaiowá, de 80 anos, relata que recorreu as raízes e plantas medicinais para tratar os sintomas, mas

² Os DSEI – Distritos Sanitários Especiais de Saúde são as unidades territoriais associadas à SESAI.

temia que o avanço das plantações sobre as áreas indígenas acabaria até mesmo com as opções naturais para os tratamentos tradicionais. Conforme relatam, quando os indígenas ligam para a SESAI, eles são informados sobre a impossibilidade de receberem atendimento, pela falta de gasolina, de recursos para compra-la, de medicamentos e de profissionais (Rangel, 2020, p. 177).

Desde o início do governo Bolsonaro, a crise na SESAI e em outros órgãos federais, como a FUNAI, responsáveis por garantir que se cumpram os direitos dos povos indígenas afetados pela Constituição Brasileira de 1988 – vem se agravando. Há a pressão, por parte de alguns setores da sociedade, para municipalizar as ações de atendimento à saúde indígena. Isso certamente implicará no aumento da desqualificação dos serviços pela crise financeira que enfrentam a maioria dos municípios brasileiros; além de trazer o atendimento para o cenário local, onde é mais acirrada a disputa pelo acesso a recursos públicos.

Os relatos apresentados pelo povo Kulina e Guarani-Kaiowá denunciam desmontes, precarizações, abusos e violências alimentadas pela antipolítica indigenista praticada pelo atual governo brasileiro. Muitos casos sequer chegam a ser registrados ou conseguem representatividade nos espaços de fala e de expressão junto à opinião pública. No que diz respeito ao ano de 2020 e ao avanço da Covid-19 sobre o país³, vê-se que há grande disparidade nas condições em lidar com essa pandemia para os povos indígenas brasileiros.

Diferentes instituições indigenistas no Brasil apresentam denúncias sobre ações do governo Bolsonaro que repercutem no agravamento da Covid-19 sobre os povos indígenas do país (APIB, 2021; CIMI, 2020; ISA, 2020). Três fatores sociopolíticos, favorecidos por tal antipolítica indigenista, podem ser elencados: 1) as precarizações das instituições públicas que atuam na área da saúde indígena, produzindo omissões de toda ordem, assim como a falta de cuidados com os próprios profissionais que acabam por agir como transmissores da doença; 2) as precarizações dos órgãos federais indigenistas, como a FUNAI, que aumentam as desassistências e o silenciamento das populações ao perder um dos únicos canais de representação política; 3) o incentivo à exploração comercial em terras indígenas.

Outras questões poderiam ser consideradas elos que influenciam nessa cadeia, a exemplo das omissões frente ao aumento das queimadas que assolam

³ Dados consultados no portal do Ministério da Saúde do governo brasileiro (https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html), no dia 19 de outubro de 2020, apontaram que até 18/10/2020 o Brasil registrou 5.235.344 casos de Covid-19 e 153.905 óbitos confirmados pela doença.

diversas “terras da união” – que incluem os territórios indígenas –, incentivo à violência a partir da ampliação das condições de acesso ao porte de armas, além das diversas falas públicas do presidente da república que desqualificam as minorias e geram, com isso, a multiplicação de ações preconceituosas e criminosas.

Há também denúncias de participação do governo na transmissão da doença aos indígenas por meio de profissionais de saúde infectados, assim como, por garimpeiros e grileiros favorecidos pelo aumento das invasões durante a pandemia. De acordo com informações descritas no portal da APIB, o primeiro caso confirmado entre indígenas no Brasil foi de uma jovem de 20 anos do povo Kokama que vive no estado do Amazonas e foi o mais afetado em número de óbitos até janeiro de 2021. Os organizadores do portal descrevem que o contágio se deu por meio de um médico contaminado que estava a serviço da SESAI (APIB, 2021).

O histórico dos descasos à saúde indígena, agravado pela atual conjuntura política, produz um cenário ainda mais desolador para as repercussões dessa doença quando se comparam seus efeitos sobre coletivos de cidadãos abastados e bem assistidos. Essa pandemia não atinge a todos de forma igualitária. Como afirma Verdum (2020), atribuir os impactos de uma doença infecciosa, como a Covid-19, à baixa imunidade dos povos indígenas é uma explicação altamente simplificadora, assim como inconsistente. Como descreve o autor, há muitas outras contingências infligidas a esta parcela da população:

O conhecimento histórico, antropológico e demográfico, acrescido da experiência social que estamos tendo com a pandemia da Covid-19, mostram que não é possível compreender adequadamente o impacto das doenças infecciosas nas populações indígenas no Brasil e nas Américas (sua alta suscetibilidade em relação as doenças infecciosas) atribuindo isso única e exclusivamente ao fator baixa imunidade biológica. A pandemia está a indicar a necessidade de modelos mais complexos de análise e que o impacto de uma doença infecciosa nesta parcela da população brasileira está associado também com outras particularidades e contingências: socioculturais, políticas, históricas, alimentares, nutricionais, epidemiológicas, emocionais, econômicas, territoriais e ambientais. A pandemia também explicita as fragilidades do sistema de atenção estruturado para proteger e promover a saúde individual e coletiva da população indígena, e o quão vulnerável e dependente ele é do (des)compromisso dos gestores públicos de plantão com seus direitos, inclusive a uma vida saudável (Verdum, 2020, pp. 35-36).

Desse modo, vê-se que as condições de interação entre os povos indígenas brasileiros com o vírus Sars-CoV-2 não é, “nem de longe”, uma relação

puramente dualista. Existem diversos outros agentes com os quais os povos indígenas precisam lutar para se safar da morte. Agentes esses que não são ativos igualmente junto a diferentes segmentos da população. Por isso, a Covid-19 tem sido considerada uma sindemia para além de uma pandemia, pois como explica Horton “as sindemias são caracterizadas por interações biológicas e sociais (...) que aumentam a suscetibilidade de uma pessoa [aqui pensamos nas diferentes populações] a prejudicar ou piorar seus resultados de saúde” (2020, p. 874 – tradução nossa).

[...] o que aprendemos até agora nos diz que a história da Covid-19 não é tão simples. Duas categorias de doenças estão interagindo em populações específicas - infecção com síndrome respiratória aguda grave coronavírus (SARS-CoV-2) e uma série de doenças não transmissíveis (DNTs). Essas condições estão se agrupando em grupos sociais de acordo com padrões de desigualdade profundamente enraizados em nossas sociedades. A agregação dessas doenças em um contexto de disparidade social e econômica exacerba os efeitos adversos de cada doença separada. Covid-19 não é uma pandemia. É uma sindemia. (...) Abordar a Covid-19 como uma sindemia irá convidar a uma visão mais ampla, abrangendo educação, emprego, habitação, alimentação e meio ambiente. Ver a Covid-19 apenas como uma pandemia exclui esse prospecto mais amplo, mas necessário” (Horton, 2020, p. 874 – tradução nossa).

Como reforça a leitura da Covid-19 como uma sindemia, as repercussões desta doença superam questões puramente biológicas e estão diretamente ligadas ao contexto social no qual ela incide. Assim, pode-se considerar que o descaso e as precarizações dos órgãos de atendimento à saúde indígena – assim como as omissões, e muitas vezes incentivo às diversas formas de violência que têm crescido contra os povos indígenas, e outras minorias – são ações diretas de agravamento da Covid-19 para estes contextos socioculturais.

A Covid-19 e os embates estatísticos: aproximações quanto à soberania dos dados

Dados sobre a incidência da Covid-19 no Brasil têm sido um dos principais dos campos de batalha do embate político atual no Brasil. Tal fato não incide apenas sobre os indígenas, mas também sobre o conjunto da população.

Repetindo o que já ocorria desde o início com o registro da pandemia em relação aos povos indígenas, em junho de 2020 a insegurança e falta de confiabilidade nos dados divulgados pelo Ministério da Saúde fizeram com que um conjunto de veículos de imprensa do país organizassem um consórcio de

imprensa para estimar o número de contaminados e de óbitos por Covid-19 no Brasil. Seis veículos de comunicação divulgam diariamente, desde 8 de junho, o número de casos e de mortes por Covid-19 no Brasil. O grupo levanta os dados junto às Secretarias Estaduais de Saúde. A iniciativa surgiu quando o Ministério da Saúde alterou a plataforma com os dados da pandemia no país e passou a ocultar o total de mortes e casos, indicando apenas o número de óbitos e diagnósticos confirmados em 24 horas.

Desconfiança similar quanto aos dados divulgados pela SESAI havia deflagrado iniciativa semelhante entre os indígenas. Problemas como a falta de transparência dos dados e a impossibilidade de identificação das cidades onde os óbitos ocorreram levaram o Comitê Nacional pela Vida e Memória dos Povos Indígenas, organizado pela APIB, juntamente com suas organizações de base, a produzir dados próprios sobre a incidência da Covid-19 entre os indígenas. Os dados incluem tanto indígenas que vivem nos territórios tradicionais quanto os que vivem em contexto urbano, onde não são atendidos pela SESAI. A coleta de dados é descentralizada através da articulação de diversas organizações indígenas que compõem a APIB, com atualizações diárias das informações.

Fenômeno similar acontece em outras partes do mundo. Grupos indígenas da Indonésia, por exemplo, tomaram medidas para evitar a disseminação da Covid-19 entre eles a partir de um movimento orquestrado pela Aliança dos Povos Indígenas da Indonésia (AMAN). A aliança, que organiza cerca de 2.400 comunidades indígenas do arquipélago, lançou um aplicativo para celular para coletar dados em todo o vasto arquipélago. A própria organização registra e notifica os casos, além de auxiliar as comunidades na gestão de medicamentos e equipes de saúde⁴.

O debate em torno da produção de estatísticas relacionadas aos povos indígenas possui duas facetas importantes. A primeira delas refere-se à visibilidade ou invisibilidade dos indígenas em estatísticas utilizadas para a elaboração de ações e políticas de interesse dessas populações. O segundo aspecto, diretamente ligado ao primeiro, refere-se ao controle e soberania dos indígenas em relação aos dados produzidos sobre eles, frente à tutela estatística ou suserania de dados a que normalmente estão submetidos nos espaços nacionais em que habitam. Para fins didático-ilustrativos poderíamos nomear o primeiro aspecto como *estatísticas sobre os indígenas*, sendo o segundo denominado de *estatísticas pelos indígenas*. Entre os dois extremos localizaram-se uma gama de iniciativas colaborativas entre indígenas e não indígenas a que chamaríamos de *estatísticas com os indígenas*.

⁴ <https://www.aman.or.id/2020/05/kerentanan-masyarakat-adat-di-tengah-wabah/>

Em relação à visibilidade dos indígenas nas estatísticas oficiais, é importante destacar que as estatísticas influenciam poderosamente a governança e os serviços sociais fornecidos por instituições governamentais e organizações sociais em todo o mundo. São, nas palavras de Anderson (1991), alicerces de sustentação da existência dos Estados Nacionais. Dessa forma, os números se tornaram uma lente fundamental através da qual os povos indígenas se tornam conhecidos nos Estados em que vivem.

No Brasil, as discussões recentes sobre dados estatísticos sobre os indígenas remetem ao contexto político da virada dos anos 1970 para os 1980, período em que o país ainda se encontrava sob um regime ditatorial e iniciava os debates acerca do processo de redemocratização. Nesse sentido, a contagem da população indígena ia além de um exercício técnico-científico, sendo um meio para construir o futuro destes povos. Nesse período, os esforços para traçar o perfil populacional dos indígenas no Brasil partiram da sociedade civil. Eram então empreendidas iniciativas para contabilizar a população indígena das aldeias conhecidas e quantificar o número de indígenas existentes no país (Santos et. al, 2020).

Tais iniciativas tiveram importante influência nos debates acerca dos direitos dos povos indígenas na Assembleia Constituinte, que, em 1988, promulgaria a nova Constituição Federal, fortalecendo as bases para a defesa dos direitos dos povos tradicionais (Santos et al., 2020). Dentre as inúmeras consequências desse processo, destaca-se a inclusão da categoria “indígena” como opção para o quesito que investiga a cor ou raça da população no Censo Demográfico nacional de 1991 e nas edições seguintes, realizadas em 2000 e 2010.

O segundo aspecto destacado refere-se à participação dos povos indígenas nas estatísticas produzidas sobre eles. Embora não descartemos a importância dos indígenas estarem presentes nas estatísticas oficiais dos países em que vivem, é preciso considerar que os tipos de dados produzidos por pesquisas elaboradas por institutos oficiais e outros institutos “não indígenas” irão qualificar os indígenas segundo um ponto de vista que pode ser completamente estranho ao que eles considerariam ser o mais adequado para caracterizar suas comunidades.

Além disso, conforme destacam Campos e Estanislau (2016), os conceitos que norteiam o desenho do questionário dos Censos Demográficos são baseados em uma noção de indivíduo típico que os autores chamam “indivíduo médio”. Mesmo que incorporem possibilidades de resposta que se aproximam das formas de organização social de alguns povos indígenas, os dados censitários captarão melhor as características dos indígenas que mais se assemelham a esse “indivíduo médio”. Segundo os autores, indivíduos cuja organização social difira

substancialmente dos conceitos utilizados nos Censos, possivelmente, terão sua captação prejudicada na pesquisa (*ivi*, p. 442).

Diversos estudos têm destacado a importância de se incorporar a perspectiva dos indígenas nos processos de pesquisa e na produção de dados quantitativos (Walter e Andersen, 2013; Smith, 1999). Destacando a importância da pesquisa colaborativa, Liebler (2018) sugere que “estranhos” coletando dados em áreas indígenas deveriam fazê-lo em parceria com os indígenas desde o início dos esforços de coleta de dados e desenho da pesquisa para garantir que os dados coletados sejam úteis ao máximo para as próprias comunidades étnicas.

Toda argumentação sobre a participação efetiva dos indígenas nos processos de pesquisa questiona a noção de que as formas de conhecimento independem das pessoas que as produzem. Tal questionamento, como afirma Porter (1995), recentemente alcança inclusive a produção de dados quantitativos.

Nesse processo, critica-se a tendência que costuma impregnar o senso comum, de enxergar os dados numéricos como manifestações objetivas e inquestionáveis da realidade. Em tal forma de ver os números, perde-se o caráter relacional, de espelhamento, existente entre os resultados do processo de mensuração e a realidade que se quer medir. A aparência de imbricação dos dados com os fenômenos mostra-se tão intensa que eles parecem ser a mesma coisa. Nega-se assim aos fenômenos qualquer possibilidade de existência ontológica externa aos processos de mensuração. Um exemplo desse tipo de afirmação, e que tem direta incidência sobre os povos indígenas, é a definição e mensuração da pobreza a partir da quantificação de indicadores (e.g., Moura Jr., Sarriera, 2019). Mesmo quando a intenção é de questionar qual a melhor mensuração, o que está em questão é, na verdade, a própria noção de pobreza – e a extensão dessa noção (e políticas afins) aos povos indígenas. Ou ainda, como afirmava Ivan Illich: “Only quite recently have we begun to tolerate the definition of persons in terms of their needs. (...) during the seventies, the term ‘basic needs’ has come into economics. And in this way it became a political keyword” (1992, p. 39-40).

Críticos radicais desse tipo de perspectiva, indígenas de alguns países têm se reunido em torno do conceito de “soberania de dados” para reivindicar sua autoridade nos processos de produção de dados sobre suas etnias. A discussão encontra-se resumida de forma exemplar no livro *Indigenous data sovereignty: toward an agenda*, editado por Tahu Kukutai e John Taylor (Kukutai e Taylor, 2016). Os capítulos da coletânea contextualizam o debate, situando o processo em meio aos debates sobre segurança e confidencialidade de informações armazenadas em ambientes virtuais no contexto da revolução digital. Os indígenas, entretanto, expandem as reivindicações em direção a ter garantido o controle completo de todos os tipos de informação produzida sobre eles, não

apenas aquelas extraídas do ambiente digital. Nesse sentido, reivindicam participação efetiva nos processos de produção de dados, planejamento, coleta, processamento e controle sobre o uso das informações.

Os dados produzidos sobre populações indígenas carregam significados derivados de normas e valores produzidos em contextos externos à sua realidade, e que são racialmente hierarquizados. Tais abordagens culminam invariavelmente em qualificá-los como populações deficitárias em termos de aspectos valorados no “mundo dos brancos”, ou seja, pelos padrões em que são avaliados os indivíduos nas sociedades modernas (Walter e Andersen, 2013). O movimento em prol da soberania dos indígenas sobre seus dados destaca a importância de eles definirem quais os aspectos de sua organização social devem ser mensurados pelas pesquisas e como eles devem ser valorados nas mesmas.

No momento em que são ameaçados por segmentos das sociedades nacionais e que tal ameaça perpassa, entre outros aspectos, a ocultação de evidências estatísticas sobre suas condições de vida, a perspectiva de se engajarem efetivamente na produção e controle de seus dados possibilita que confrontem ou complementem estatísticas oficiais, inaugurando uma nova cruzada no campo de pesquisa, conforme enfatiza Smith (1999). Tradicionalmente tida como um instrumento de Estado, nesse momento a estatística passa a ser usada contra esse mesmo Estado. Cria-se uma contra-estatística⁵.

Um movimento semelhante foi realizado no Brasil pelo Movimento Negro em relação ao modo como as estatísticas oficiais tratavam as categorias referidas a raça ou cor (Petrucci, Saboia, 2013). Entre outros resultados, essa atuação levou à incorporação dos autodeclarados pardos e pretos em uma única categoria – a de negros – para efeitos de análise e de formulação de políticas.

Aqui os indígenas assumem deliberadamente a postura de que os dados são relevantes e, desse modo, concordam em discutir a partir deles. Enquanto a visibilidade estatística reivindica a possibilidade de serem vistos pelos demais segmentos sociais, a contra-estatística indígena requer um novo espectro que reivindica um espelhamento próprio, construído como arma de proteção quanto a ameaças múltiplas que o momento crítico desencadeia no Brasil e no mundo.

⁵ As atividades descritas ocorreram no âmbito de um projeto em curso, em parceria da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) com a UFPA (Universidade Federal do Pará) e a University of Sheffield (UK) que será referido mais adiante, cuja abordagem é a da contra-cartografia (cf. Dalton, Mason-Deese, 2012; Halder, Michael, 2018).

A organização comunitária Xakriabá no combate ao descaso para com os riscos da Covid-19

Antes de partir para a descrição da experiência de organização comunitária indígena que produziu um sistema próprio de produção e controle de dados para monitoramento da Covid-19, segue uma breve apresentação. O povo indígena Xakriabá vive em terras localizadas no norte do estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do país, um estado, historicamente muito pressionado pela colonização desde o século XVI dada a presença de jazidas minerais de ouro. Esta é a maior população indígena do estado, com cerca de 10 mil pessoas.

O território tradicionalmente ocupado pelos Xakriabá, antes do século XVII, abrangia diferentes áreas no Brasil Central. Firmava espaços que passavam pelos estados do Tocantins, Goiás e Minas Gerais (Santos, 2013). Atualmente, boa parte do território tradicional habitado pelos Xakriabá está localizada dentro dos limites do município de São João das Missões, no qual mais de 70% da população é pertencente a esta etnia. A maior parte desses indígenas vive na TIX – Terra Indígena Xakriabá – que reúne 32 aldeias, além das áreas de retomada (Andrade, 2019).

A inserção geográfica particular dos Xakriabá, no que envolve seu território semiárido submetido à longa estiagem dos últimos anos e ao afastamento histórico das margens do rio São Francisco – que fornecia água e alimentos – produz dinâmicas de relações de dependência com o espaço externo e urbano, em especial, para acesso a alimentos e, nas últimas duas décadas, também a diversas atividades de trabalho na região. Questões que diante da Covid-19 – entendida como uma sindemia – podem ser consideradas agravantes.

As emergências desta sindemia produziram – e produzem – preocupações sobre os impactos dos efeitos da doença para a etnia Xakriabá. Situação que é acentuada pelas limitações atribuídas às precariedades do sistema de saúde local e à distância dos polos de saúde com melhores recursos capazes de atender os doentes. Há grande preocupação com os diversos grupos de riscos, entre eles os idosos, muitos dos quais são agentes importantes para a dinâmica dos conhecimentos tradicionais, figurando como mestres da tradição.

O cenário produzido pela pandemia de Covid-19 é algo inédito na história mundial. Emergem questões próprias ao momento contemporâneo, que produzem novas realidades para a relação entre o vírus, os humanos e os contextos socioambientais em que a Covid-19 repercute. Há uma grande corrida científica dedicada à busca de forma eficaz de tratamento. Mas há, ao mesmo tempo, pessoas e populações produzindo modos particulares de conviver com as incertezas, riscos e outros ataques históricos que nunca cessaram de ameaçar.

Diante disso, defrontados com os desafios ampliados pela Covid-19, os Xakriabá, através de sua organização comunitária, perceberam que seria necessário e urgente o estabelecimento de estratégias de enfrentamento de possíveis casos de contágio para que o sistema de saúde local pudesse se anteciper na avaliação e condução das práticas de cuidado, assim como na prevenção do aumento das taxas de transmissão. Diante da eminência desses desafios, a exemplo do que fizeram outros povos, foram desencadeadas várias ações na TIX (Terra Indígena Xakriabá).

Em primeiro lugar, a própria comunidade fechou todas as entradas do seu território e estabeleceu algumas barreiras sanitárias nas quais um grupo de indígenas se mantinha nos acessos para controle do fluxo de entrada e saída de pessoas e cargas. Foi recomendado à população local que restringisse ao máximo o trânsito até as cidades do entorno. A organização comunitária estabeleceu regras de controle e acompanhamento para o retorno de pessoas que estavam fora do território, por exemplo, de estudantes indígenas que estavam em período letivo em diversas universidades no país e que tiveram suas aulas suspensas.

Apesar dessa primeira reação em que o DSEI local podia agir fortalecido e respaldado pelo controle social comunitário, havia ainda a necessidade de estabelecer ferramentas que possibilitassem o registro dos fluxos de entrada e saída na TIX, assim como do acesso ágil aos dados, a fim de munir o sistema local de saúde e as lideranças indígenas de informações que facilitassem a tomada de decisões. O dimensionamento do que poderia significar a chegada do vírus na TIX se tornava uma incógnita ameaçadora.

Neste momento, os Xakriabá acessaram a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) reativando parceria de longa data entre ambos. Foi estabelecida então uma rede de colaboração intercultural entre os Xakriabá e pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa UFMG/UFGA/University of Sheffield. A demanda dessa parceria esteve centrada no apoio à criação de ferramentas de registro dos fluxos de pessoas que transitavam pelas barreiras sanitárias, por meio da coleta, armazenamento, processamento e análise dos dados coletados nas barreiras sanitárias. Foi então criado, através de uma estratégia colaborativa, o Monitoramento Comunitário Xakriabá⁶.

⁶ A ação desencadeada – que acabou por ser nomeada como Monitoramento Comunitário – em função dos impedimentos de circulação impostos pela pandemia, foi inteiramente organizada através de comunicação pelas redes sociais entre os pesquisadores da UFMG e as lideranças indígenas locais, profissionais Xakriabá do campo da saúde e da educação, e jovens universitários indígenas. A ação se concentrou em 6 barreiras sanitárias em diferentes pontos de acesso à terra indígena e na formação de 6 equipes de coleta e processamento de dados, que se articulavam com o coordenador do DSEI local, um enfermeiro Xakriabá.

Por meio deste processo, informações foram e continuam sendo produzidas. Um primeiro dado impactante foi a revelação da intensa movimentação ainda existente entre a TIX e os municípios do entorno, apesar das iniciativas de controle e contenção dos fluxos⁷. A produção de dados quanto ao fluxo TIX-municípios ocorreu ao longo de quatro meses a partir de junho/2020. Meses em que de fato foi desencadeado o processo de contaminação e circulação do vírus nas aldeias. A gestão comunitária se encarregou não somente de gerar a organização local para a efetiva realização da coleta de dados, com o envolvimento de mais de 200 pessoas em diferentes posições na cadeia de coleta e sistematização dos dados, como também direcionou a sua finalidade de uso, seja no encaminhamento para o sistema de saúde e lideranças, assim como na comunicação interna com as famílias, por meio de rádios, mídias eletrônicas e também pelas ações das escolas indígenas.

O fluir dos trabalhos mostrou que, ao contrário de uma ação emergencial de curto prazo, o monitoramento deveria ser pensado e conduzido como atividade de médio e longo prazo. Essa percepção foi explicitada em um encontro virtual ocorrido entre a equipe de pesquisadores e diversos membros das comunidades e das equipes Xakriabá logo após o primeiro mês de atividades, quando foi ressaltado que o monitoramento provocado pela pandemia se traduzia na verdade em uma ação de gestão territorial⁸ – tema de central importância para aquele povo. Além disso, o tempo de duração dos riscos e limitações infligidas pela pandemia seria maior que se pensava, inicialmente. Os dados produzidos nos primeiros meses de coleta nas barreiras, em forma de censo, produziram muitas informações que poderão ser aprofundadas de forma mais qualificada em longo prazo.

O caminho metodológico buscado pela equipe acadêmica parceira foi direcionado para a produção de ferramentas e processos aparentemente simplificados como o uso de fichas de papel para anotação dos dados sobre os deslocamentos e a sistematização em planilhas simples de Excel. Tais ferramentas e processos foram organizados de forma a serem apresentados,

⁷ No primeiro mês de coleta de dados, foram registrados mais de 20 mil fluxos de entrada e saída da TIX.

⁸ A gestão territorial é uma temática transversal às diversas práticas da organização social Xakriabá e repercute, inclusive, no currículo das escolas de educação básica indígena. O desenvolvimento de atividades que integraram o Plano de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA executado a partir da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (2015-2016) contribuiu para que os Xakriabá pudessem aprofundar seus conhecimentos sobre planejamento comunitário. Esse tipo de ação se encaixa no que tem sido discutido nos planos de gestão territorial, no sentido da soberania indígena sobre seu próprio território. Desse modo, a comunidade avança nas ações de apropriação sobre o controle do território e seus movimentos.

testados e modificados pelos próprios indígenas. A intenção com esse caminho foi possibilitar que os Xakriabá pudessem participar, se apropriar e se empoderar com todo o processo ao seu tempo e com seus próprios modos. Esta conduta de base toma como referencial os conceitos expressos pelos estudos de soberania dos dados e sobre o processo de produção de conhecimentos (Campos, Estanislau, 2016), conforme apresentado anteriormente.

A intenção é que a equipe acadêmica siga o trabalho conduzido pelas demandas apresentadas pelos Xakriabá. Dessa forma, eles devem se manter protagonistas do processo gestado e mantido pela força da sua organização comunitária. A dimensão do território, ou a territorialidade que sustenta a identidade desse povo resistente, segue como elemento prioritário também no combate à Covid-19. Visto que a autonomia sobre a gestão do seu território garante a soberania sobre seus modos de existência e os fortalece diante dos ataques que vão além do vírus. A expectativa é que a condução pela apropriação do processo de produção de dados sirva, em tempos seguintes, à gestão dos Xakriabá sobre o seu corpo-território, utilizando conceito criado por Célia Xakriabá (Corrêa, 2018).

Paralelo às atividades de controle e registro de fluxo de pessoas, outras experiências emergiram a partir do monitoramento, como, por exemplo, a produção do xarope Kaupsé Angratá criado pela liderança Sr. Hilário Xakriabá. Esse xarope, produzido com diferentes plantas do cerrado e outras apropriadas pelos Xakriabá, como o açafrão da terra (*Curcuma longa*), tem o objetivo de aumentar a imunidade do corpo dos voluntários que têm trabalhado nas barreiras sanitárias, mas não apenas. Ele trata da imunidade do espírito também. Como considerou Célia Xakriabá:

[a] imunidade espiritual nesse momento pandêmico, dessa guerra biológica, coloca para nós esse outro lugar de pensar a nossa potencialidade também de pensar a saúde enraizada no território. É claro que lutamos também pelo fortalecimento da SESAI, desse compromisso com a saúde indígena, mas isso também faz a gente dar um passinho um pouco atrás pra gente pensar a onde está os caminhos da cura também. O vô diz que o remédio amargo é o que cura. O xarope é doce, mas ele tem também um pouquinho de amargo porque ele tem também várias composições (Célia Xakriabá, encontro *on line*, 23/10/2020).

A experiência do xarope Kaupsé Angratá nos revela algumas questões importantes. Primeiro, ela traz à tona a vitalidade de ações de resistência indígena frente às precarizações no cuidado à saúde – intimamente ligada ao acesso a terra e proteção dos territórios indígenas – que se configura com uma das formas de violência à qual tais povos estão submetidos no Brasil. Mas revela

também um novo desafio colocado no presente momento. Além do adoecimento físico, preocupa, nessa fase da sindemia de Covid-19, o adoecimento mental.

Considerações finais

Se consideramos a materialidade produzida com a ação de monitoramento nos primeiros meses, chamados de Fase 1, podemos dizer que esta se revelou em uma densa rede sociotécnica (Latour, 2000; 2012) que envolvia e conectava de modo específico muitos atores e agentes nas aldeias, assim como na universidade. A ação distribuída nessa rede é que tornou possível o movimento de contenção no início do processo de contaminação.

Além disso, ficou demonstrado que há demandas para muitas outras ações de prevenção dos avanços da Covid-19 na TIX. Foram iniciadas algumas mobilizações com outros colaboradores não-indígenas para criação, entre outros, de uma ação de testagem coletiva (enquete sorológica), ainda não praticada em nenhum contexto brasileiro. Porém, diversos são os entraves políticos internos e externos à universidade, pois dizem respeito às áreas de competência de cada instituição e à morosidade em negociar ações interinstitucionais, uma vez que a universidade é configurada para ações de pesquisa; e os serviços de saúde para ações clínicas e preventivas, âmbitos esses que não se comunicam facilmente. Por exemplo, o aparato técnico-institucional que permite a coleta de materiais para investigação poderia ser usado para a aplicação de testes e/ou vacina. No entanto, a autorização para esse tipo de ação é somente dos serviços de saúde, cujas equipes por vezes estão desprovidas de equipamentos e atuam sem condições para sua efetiva realização em terras indígenas, ou não são orientadas para o mesmo tipo de intervenção.

Retornando às questões levantadas inicialmente, a experiência dos Xakriabá é de certa forma iluminadora quanto a essa possibilidade de resposta comunitária pronta e eficaz diante das ameaças da pandemia, em seus diferentes níveis e desdobramentos. Em um cenário político e sanitário ameaçador, foi essa ação que viabilizou uma resposta concreta e possível; e trouxe ganhos surpreendentes, não só para a resposta à emergência imediata, mas para a continuidade de ações dentro de um quadro inédito de organização da vida cotidiana que se impôs na vida de todos nós.

É justo e urgente o fortalecimento e incentivo da presença indígena nas diversas instâncias de produção do conhecimento científico das quais a universidade faz parte, a partir dos seus espaços de pesquisa, ensino e também de extensão. No que diz respeito à ação do pesquisador, em que as assimetrias são pujantes, o destaque está na produção de pesquisas feitas não apenas sobre eles, mas *com* eles e *por* eles. Nesse sentido, ter a oportunidade de acompanhar e

responder às demandas colocadas pela ação comunitária de um povo, como o que ocorreu com o Monitoramento Comunitário Xakriabá, fortalece a prática de parcerias mais horizontais e colaborativas, assim como contribui para a resistência das lutas de minorias sociais e da própria universidade pública. Nesse momento, minorias e as diversas instituições do povo brasileiro são defrontadas com um cenário perverso de desconstrução de políticas públicas e de reiteradas agressões. São alianças concretas como essa que apresentamos que nos possibilitam vislumbrar alternativas e direções de ação frente a tal quadro.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York, Verso Books, 1991.
- ANDRADE, Rebeca Cássia. *Resistências Semiáridas: sobre a produção e circulação de conhecimentos pela rede sociotécnica do milho, estiagem e os indígenas Xakriabá do norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *Panorama geral da Covid-19*. https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/ [08 jan. 2021].
- CAMPOS, Marden Barbosa - Bárbara Roberto, ESTANISLAU. “Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista”. *Revista brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 2, 2016. (pp. 441-449).
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Nota do Cimi: o desmonte da saúde indígena é uma pandemia à parte*. <https://cimi.org.br/2020/08/nota-do-cimi-desmonte-saude-indigena-pandemia-a-parte/> [19 out. 2020].
- CORREA, Célia Nunes (XAKRIABÁ, Célia). *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Brasília, Universidade de Brasília, 2018.
- DALTON, Craig - Liz, MASON-DEESE. “Counter (Mapping) Actions: Mapping as Militant Research”. *An International E-Journal for Critical Geographies*, 11 (3), 2012. (pp. 439-466).
- DESROSIÈRES, Alain. *La política de los grandes números: Historia de la razón estadística*. Barcelona, Melusina, 2004.
- FLINT, Shaun M. et al. “Disproportionate impact of pandemic (H1N1) 2009 influenza on Indigenous people in the Top End of Australia's Northern Territory”. *Med. J. Aust*, 192, 2010. (pp. 617–622).

- HALDER, Severin - Boris, MICHAEL. "Editorial: This is not an atlas" in *Kollektiv Orangotango* (org.). *This is not an atlas: A Global Collection of Counter-Cartographies*. Transcript Publishing, 2018.
- HORTON, Richard. "Offline: COVID-19 is not a pandemic". *The lancet*, 396, 2020. (pp. 874-874).
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População residente, segundo a situação do domicílio e condição de indígena: Brasil 1991/2010*. <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> [05 jan. 2021].
- IGO, Sarah E. *The Averaged American: Surveys, Citizens, and the Making of a Mass Public*. Cambridge, Harvard University Press, 2008.
- ILLICH, Ivan. *In the Mirror of the Past*. New York: Marion Boyars, 1992.
- ISA – Instituto Socioambiental. *O ISA*. <https://www.socioambiental.org/pt-br/isa> [19 out. 2020].
- KUKUTAI, Tahu - John, TAYLOR (coord.) *Indigenous data sovereignty: toward an agenda*. Canberra, Australian National University Press, 2016.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador, Bauru, EDUFBA, EDUSA, 2012.
- LA RUCHE, Guy et al. "The 2009 pandemic H1N1 influenza and indigenous populations of the Americas and the Pacific". *Euro Surveill*. 14 (42), 2009. (pp. 1-6).
- LIEBLER, Carolyn A. "Counting America's First Peoples". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 677, n. 1, 2018. (p. 180-190).
- MOURA JR., James F. - Jorge C., SARRIERA. "Impactos das Diferentes Formas de Mensuração da Pobreza nas Variações do Índice de Bem-estar Pessoal". *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 35, n. e3556, 2019 (pp.1-11).
- PETRUCELLI, José Luis - Ana Lucia, SABOIA (coord.). *Características étnico-raciais da população. Classificações e identidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 2013.
- PORTER, Theodore M. *Trust in Numbers: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*. Princeton, Princeton University Press, 1995.
- RANGEL, Lúcia Helena (coord.). *Relatório Violência contra os povos indígenas: dados de 2019*. Conselho Indigenista Missionário – Cimi, 2020.
- SANTOS, Rodrigo Martins. *O Gê dos Gerais: Elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central. Contribuição à antropogeografia do Cerrado*. Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2013.
- SANTOS, Ricardo Ventura - Bruno Nogueira, GUIMARÃES - Marden Barbosa de, CAMPOS - Marta Maria Amaral do, AZEVEDO. "Apresentação - Entre

Demografia e Antropologia: Povos Indígenas no Brasil” in SANTOS, Ricardo Ventura - Bruno Nogueira, GUIMARÃES - Marden Barbosa de, CAMPOS - Marta Maria Amaral do, AZEVEDO (coord), *Entre Demografia e Antropologia: Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2020.

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena. *Boletim Epidemiológico da SESA*. <https://saudeindigena.saude.gov.br/corona> [08 jan. 2021].

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies Research and Indigenous Peoples*. London and New York, Zed Books, 1999.

VERACINI, Lorenzo. “Introducing”. *Settler Colonial Studies*, vol. 1, n. 1, 2011. (pp.1-12).

VERDUM, Ricardo. “O orçamento e a política do indigenismo bolsonarista em 2019” in RANGEL, Lúcia Helena (org.). *Relatório Violência contra os povos indígenas: dados de 2019*. Conselho Indigenista Missionário – Cimi, 2020.

WALTER, Maggie - Chris, ANDERSEN. *Indigenous statistics: a quantitative research methodology*. Walnut Creek, Left Coast Press, 2013.

Rebeca Cássia Andrade é Agrônoma, doutora em Educação e pós-doutoranda na FAE/UFMG. Tem interesse nas áreas de produção e circulação do conhecimento, sistemas de conhecimento em diferentes práticas sociotécnicas, educação intercultural, educação do campo, entre outros.

Contato: andrade.rebecacassia@gmail.com

Ana Maria R. Gomes é Professora Titular da Faculdade de Educação da UFMG, com atuação junto aos povos indígenas em Minas Gerais e no Brasil em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Contato: anagomes@ufmg.br

Marden Barbosa de Campos é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Grupo de Trabalho Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Contato: mardencampos@gmail.com

Recebido: 19/11/2020

Aceito: 14/04/2021